

## RESUMO - CIÊNCIAS HUMANAS - HISTÓRIA

### **DISPUTAS PELA TERRA NAS PARTES DA ÍNDIA: OS JESUÍTAS E A ADMINISTRAÇÃO DE BENS E RENDAS FUNDIÁRIAS EM GOA E BAÇAIM (1580-1640)**

*Maria Eduarda Grossi (mariaeduardagrossi9@gmail.com)*

A Companhia de Jesus é consolidada na historiografia como uma instituição amplamente estudada na modernidade, principalmente em assuntos de conversão e seus métodos para populações locais. Porém, no que tange ao papel dos jesuítas como agentes administrativos e suas ações, foram pouco investigadas. Nesse sentido, o objetivo do trabalho é analisar a administração de bens e rendas fundiárias dos jesuítas em Goa e Baçaim entre 1580 e 1640 para entender, através de fontes da época, as contestações de terras dos jesuítas em Goa e Baçaim, visualizando os conflitos entre os padres da Companhia, os vice-reis e outros oficiais do Estado da Índia, refletindo os dinâmicos processos relacionados a este evento e os argumentos articulados. Goa e Baçaim, localizados na Índia, compuseram a província de Goa da Companhia de Jesus, integrante da assistência de Portugal. No período que compreende a chegada dos jesuítas na Índia (1542) até 1580, é analisado um grande número de concessões de terras do rei para os jesuítas, ou seja, mercês régias. Como exemplo, pode-se utilizar o caso dos “Namoxins”, que foram terras dadas aos jesuítas por doações, utilizadas para o sustento dos templos não cristãos. Em Goa, em 1540, os namoxins são expropriados, assim como templos hindus e mesquitas são derrubados e transferidos os rendimentos para os jesuítas pelo rei de Portugal. Entretanto, entre 1580 e

1640, período que compreende a União Ibérica, essas mesmas concessões são contestadas, a Coroa inicia um movimento de entraves às posses de bens de raiz das ordens religiosas e, nesse momento, os jesuítas articulam entre diversos agentes (jesuítas, reis, líderes de aldeias, vice-rei e moradores) para manter suas terras e direitos. Os resultados foram obtidos por meio do levantamento de informações contidas nos “livros das monções” ou “documentos remetidos da Índia”, especificamente o tomo 10, que contém os livros 19 e 20, localizados oficialmente na Torre do Tombo, cujos dados foram organizados em planilha Excel, pretendendo-se que futuramente se torne um banco de dados onde outros pesquisadores da Companhia de Jesus na Índia tenham acesso. Portanto, os resultados mostraram a existência de uma negociação frequente entre os agentes supracitados que integravam a Índia portuguesa, que contestavam frequentemente os bens jesuíticos, à medida que os jesuítas precisavam solicitar a confirmação de suas propriedades, denotando a existência de um pluralismo dos centros de poder, em que a própria Coroa portuguesa (tida como absoluta) fazia parte dos conflitos. Para além disso, o resultado indica que a relação com a terra não era estática e muito menos garantida; pelo contrário, precisava de um grande esforço para sua manutenção. Por fim, entende-se que a análise da administração de terras e rendas dos jesuítas em Goa e Baçaim é primordial para compreender, com maior complexidade, as relações sociais inerentes à Índia portuguesa.

Faria, Patricia Souza de. 2012. «Mais soldados e menos padres: remédios para a preservação do Estado da Índia (1629-1636)». *História Unisinos* 16 (3): 357–68.

<https://doi.org/10.4013/htu.2012.163.08>.

Hespanha, António Manuel. 2010. *Imbecilias. As bem-aventuranças da inferioridade nas*

*sociedades de Antigo Regime*. Belo Horizonte: AnnaBlume.

Hespanha, António Manuel. *Direito comum e direito colonial*. *Panóptica*, ano 1, n.3,

2006.

Subrahmanyam, Sanjay. 1995. O império asiático português-1500-1700.  
Lisboa, Difel,

1995.

Palavras-chave: concessões; contestações; Índia; Portugal.